

José Rivair Macedo

Vim pensando em como dar início ao meu depoimento, já que hoje, aqui, eu sou o “outro”. Mas sou “outro” em vários lugares, e tenho que dizer que lugares são esses. Sou o quinto dos dez filhos de um casal de sertanejos mineiros que nos anos 1950 migraram para o noroeste do Paraná para atuar como catadores de café e ali constituíram família. Então, sou paranaense, mas nos anos 1970 meus familiares migraram para São Paulo, onde vivi a adolescência, e então sinto-me um pouco paulista. Mas acho que sou mesmo é mineiro por causa de meus pais, e da cultura deles. A minha experiência com o RS é de 20 anos. Começou em 1994, quando prestei concurso na UFRGS e vim pra cá. Eu nunca tinha visitado o RS, e até hoje o meu conhecimento é muito pequeno, limitando-se na verdade mais a Porto Alegre. Então, penso em falar sobre essa vivência mesmo.

Lembro-me da primeira imagem que tive do RS. Foi ótima, pois quando desci na rodoviária estava com certo medo. Até então, a imagem que fazia era a que se vende fora daqui: a de que estaria chegando num lugar muito europeizado, sem maior presença de negros. Mas quando saí da rodoviária e vi pessoas brancas, negras, mestiças, andando pelas ruas, o primeiro estereótipo se desfez e me senti realmente no Brasil. Costumo



dizer, fazendo brincadeira, que essa é uma imagem usualmente vendida fora, assim como a imagem de uma região eternamente na estação do inverno, e que nada é dito das agruras do terrível verão em Porto Alegre. Às vezes brinco também com meus alunos a respeito de aspectos curiosos das questões identitárias gaúchas, a começar pelo fato de que aqui se comemora em um mesmo mês a integração ao país, no dia 7 de setembro, e a separação, no 20 de setembro.

A minha percepção como alguém de fora não apenas de um lugar, mas também de um meio social, foi se constituindo ao longo desse tempo e foi me chamando atenção para o problema da diversidade sócio-cultural do estado. Daquilo que o RS é, mas que certas imagens não mostram; daquilo que o mito do gaúcho oculta. E isso foi aparecendo para mim lentamente.

Uma segunda imagem que me impressionou muito nos primeiros anos em que cheguei tomou forma quando fui pela primeira vez à Restinga. Eu não tinha carro na época, fiz a viagem de ônibus. Gente, minha impressão era a de que estava fazendo uma viagem intermunicipal. Depois me explicaram que ali era um bairro de Porto Alegre. Desde então, continuo a ter a mesma sensação: de que aqui há grandes deslocamentos, e não apenas geográficos. Meu colega, o antropólogo Iosvaldyr Carvalho Bittecouncourt Jr pesquisou sobre as origens da Restinga nos anos 1960, mostrando como se deu o apagamento da história e dos territórios negros de Porto Alegre e o seu gradual afastamento das áreas centrais para áreas hoje periféricas. Tive muita sorte ao chegar aqui porque um de meus vizinhos era o professor Guarani Santos, profissional experiente da disciplina de história, militante do movimento negro, pesquisador e autor de livros sobre a história dos negros no RS. Foi ele quem me falou pela primeira vez sobre as raízes históricas das comunidades negras dos bairros Santana e Rio Branco, e do significado simbólico do Parque da Redenção.



Sobre essas questões associadas a deslocamentos étnico-raciais, não posso afirmar que aconteça em todo local no estado, mas em 2003, ao ser convidado para participar da Semana Acadêmica de História na Universidade Federal da Fronteira Sul, em Erechim, observei que, também ali, o Bairro Progresso, historicamente associado à comunidade afro-descendente, parece estar separado do espaço urbano da cidade. O professor Gerson Fraga me levou até lá de carro porque havia um deslocamento espacial a ser feito. Então, o que fui observando ao longo do tempo é que embora no discurso identitário gaúcho a ideia da diversidade apareça, na prática prevalece uma tendência à exclusão de grupos não valorizados na memória.

Sem querer complicar mais esse dilema, penso que valeria a pena levantar a questão sobre as disputas identitárias da memória em torno de um dos locais públicos mais importantes de Porto Alegre, conhecido desde o final do século XIX como Redenção, e em 1935, nas comemorações do centenário do movimento farroupilha, rebatizado como Parque Farroupilha. Logo que cheguei à capital, um colega da Universidade me recomendou que não fosse passear nele na parte da tarde. Este não seria o horário mais adequado porque era momento muito frequentado por empregados domésticos e pessoas de baixa extração. Achei muito estranha a recomendação! É claro que fui lá de manhã, de tarde, em todos os horários, e não observei diferença nenhuma! Mas o fato é que as ideias de “Redenção” e “Parque Farroupilha” estão impregnadas de sentidos particulares.

A primeira dissertação de mestrado que orientei na UFRGS não foi sobre História da Idade Média, minha área de investigação nos anos 1990, mas sobre história social de Porto Alegre. A dissertação de Marcelo Etcheverria tinha por título “Rua da Praia ou rua da morte? A pena de morte e sua representação na Porto Alegre do século XIX”, e se dedicou ao estudo dos enforcamentos realizados na capital, que ocorriam no “Largo da Forca”, situado na atual Praça Brigadeiro Sampaio, antes chamada respectivamente Praça Martins de Lima, Praça Três de Outubro e Praça da Harmonia, talvez para esconjurar o caráter “maldito” de seu nome original. De qualquer modo, a fixação da imagem da “harmonia” no local em que, no passado, ocorriam enforcamentos, em sua maior parte de escravos, soa-me como algo

estranho! Tal estranheza provém, me parece, da vontade de se apagar uma parte do passado, o passado escravista, de fazer prevalecer a percepção de uma história sem conflitos e diferenças internas, sem trajetórias divergentes, embora elas se coloquem a todo instante no processo de constituição da imagem do gaúcho.

Trarei uma questão absolutamente banal, do cotidiano, que talvez vocês, gaúchos, não percebam, e que me parece significativa para o que estamos tratando neste evento.

Um dos adjetivos mais paradoxais utilizado aqui com alguma frequência, e penso que apenas aqui, é “negãozinho”, empregado, parece-me, em tom depreciativo em determinadas ocasiões para indicar certas pessoas de cor negra. O paradoxo é que, numa mesma palavra, o sujeito é duplamente qualificado – pela coexistência do aumentativo e do diminutivo. O estranho é que, na dualidade revela-se tanto o que o sociólogo Clóvis Moura chamou de “síndrome do medo” – sentimento próprio da sociedade escravocrata, que vive a todo instante na iminência de uma explosão de revolta – com o desprezo e a inferiorização. Sem querer ir tão longe, o que noto é que a expressão “negãozinho” nunca é neutra, que tem caráter ofensivo, e que não é empregada para qualificar qualquer pessoa, mas para o negro considerado “metido a malandro”, arrogante, que não conhece “o seu lugar”, o que é algo no mínimo curioso – e mais uma vez temos a questão já apontada acima, dos “deslocamentos”.

Outro ponto que merece comentário tem que ver com as abordagens acadêmicas acerca das matrizes culturais que deram origem ao “gaúcho mítico”, em geral vinculadas ao mundo lusitano ou ao mundo hispânico. Mas pouca ou nenhuma discussão foi motivada por outra tese, apresentada em 1952 por Manoelito de Ornelas num livro chamado *Gaúchos e beduínos*, em que se colocava o problema de uma possível ligação entre o gaúcho e a *maragateria* hispânica – proveniente do norte da África. A probabilidade de uma vinculação histórica do gaúcho com o mouro – não com o negro retinto da África subsaariana, mas com os magrebinos de pele morena – não foi considerada séria o suficiente para ser debatida. Entenda-se que não estamos aqui reivindicando tal pertencimento, mas problematizando a ausência do debate porque esta é a pior forma de se negar valor a uma obra e condená-la ao esquecimento.

Observei depois, na medida em que fui me familiarizando com as coisas do Sul, que a invisibilidade do negro é relativa, que ela depende do local em que se escreve, e de quem escreve. Ela existe no âmbito oficial, embora há décadas um número considerável de intelectuais negros tenha procurado reverter esta situação. A própria contribuição da intelectualidade negra deve ser sublinhada, reforçada, porque uma das estratégias de invisibilidade, nesse caso, consiste em incorporar o contributo de determinadas personalidades negras relevantes negando-lhes a vinculação étnico-racial – casos do dramaturgo Qorpo Santo, e do compositor Lupicínio Rodrigues, entre outros. Trata-se de fenômeno típico de relações sociais marcadas pela racialização, que o antropólogo José Jorge de Carvalho, da UNB, qualificou certa vez como “vampirização” cultural.

Então, convém considerar o papel e o significado da trajetória de historiadores e intelectuais negros que pontuam sua trajetória em nome de reivindicações étnico-raciais afirmativas, postulando o lugar do negro no RS numa perspectiva diferente daquela que aparece dentro da estrutura “mítica” aqui considerada. Porque do ponto de vista do MTG, a esse “gaúcho ancestral” o único correspondente negro costuma ser a lenda do *Negrinho do pastoreio* – pela perspectiva do sofrimento e martírio. O que intelectuais e militantes como Oliveira Silveira e os integrantes do Movimento Palmares, na década de 1970, Guarani Santos e Euzébio Assumpção, nos anos 1980-1990, procuraram realçar desde então é o lugar ativo dos Lanceiros Negros no movimento Farroupilha, e a maneira pela qual, no encerramento do conflito, foram entregues ao adversário, naquilo que qualificam como “traição” de Porongos.

Encerrarei esta breve intervenção lembrando uma série de publicações lançadas em meados da década de 1990 pela Editora da UFRGS para tratar de questões identitárias. A primeira delas, organizada por Sergius Gonzaga e Luís Augusto Fischer chamava-se “Nós, os Gaúchos”. Logo depois apareceu, sob os cuidados de Mário Maestri e Euzébio Assumpção, o livro “Nós, os afro-gaúchos”, seguido de “Nós, os ítalo-gaúchos”, coordenada por Mário Maestri, e “Nós, os teuto-gaúchos”, organizado por Luís Augusto Fischer e René Gertz. Então, como se pode entrever, esse “nós” mostrou-se grande o bastante para comportar a diversidade de testemunhos contida em cada um dos livros.

Para problematizar o debate, sugiro que, ao tratar dos processos identitários rio-grandenses, seria interessante distinguir e reservar espaço para a identidade regional (em relação ao Brasil), e paralelamente para as identidades de caráter étnico (indígena, açoriana, teuto, italiana, polonesa, judaica, e outras) e outras identidades de caráter racial (indígenas, negra).

Se o RS é visto além de suas fronteiras geográficas como o local mais “europeu” do Brasil é porque, além do mito do “gaúcho original”, se agregou o mito de outros gaúchos que foram se constituindo, vindos da Europa: Italianos, germânicos, enfim. O que remete para uma reivindicação de caráter étnico – em que permanece o vínculo com os países europeus de origem.

No caso dos negros, é melhor não pensar em termos étnicos, e sim em termos raciais, porque a violência do cativo e da imigração forçada pelo tráfico transatlântico fendeu suas identidades étnicas originárias, e embora a imagem da “Mãe África” continue a servir como matriz identitária ancestral, não permite o estabelecimento de vínculos diretos – como nos casos anteriormente apontados. A ideia de uma Diáspora Negra parece-me importante porque permite a identificação de elementos comuns de origem africana e inovações locais, decorrentes da experiência histórica pela qual suas identidades foram ressignificadas, tiveram que ser reinventadas.

Assim, existem marcas de africanidade nas manifestações sócio-culturais dos negros no RS desde o século XVIII, as quais se foram acumulando traços culturais específicos, particulares. Um belo testemunho disso encontra-se do documentário *O grande tambor*, produzido em 2012 pelo Coletivo Catarse, onde se pode vislumbrar algo das vivências e formas de expressão das visões de mundo forjadas na experiência do cativo nas charqueadas em Pelotas e Rio Grande, e transformadas em estilo de vida compartilhado, em práticas religiosas significativas, perpassadas pela ancestralidade negro-africana.



No ano passado, quando Mia Couto esteve conosco para ministrar sua Aula Magna, “Guardar memórias, contar histórias e semear o futuro”, em comemoração aos 80 anos da UFRGS, ele ficou muito impressionado quando lhe disse que as práticas religiosas afro-brasileiras eram tão ou mais frequentes no RS do que na Bahia, como em geral se pensa. Porque enquanto os gaúchos tendem a reproduzir, fora de sua terra, a ideia de uma europeização do Sul, os baianos fizeram algo parecido com a ancestralidade negra, hipervalorizando sua identidade com a África de modo a se auto-afirmar com esse traço distintivo.

Enfim, creio que já basta, vou ficando por aqui.

Termino esta minha participação com agradecimentos, e dizendo que, nos vinte anos em que estou aqui, embora não me sinta plenamente gaúcho, procuro participar tanto quanto possível do estilo de vida gaúcho, que muito admiro.

Ainda não adotei o hábito do chimarrão, mas não abro mão de um bom churrasco!

Claudia Fonseca

Quero, em primeiro lugar, dizer o quanto me sinto honrada por estar aqui hoje com vocês. Cheguei no Brasil em 1978. Aprendi a ser gaúcha com as pessoas do departamento de Antropologia da UFRGS. Por sinal, há de reconhecer que existem, em nosso departamento, grandes especialistas da cultura gaúcha – pessoas como Ruben Oliven (especialista de CGTs), Ondina Fachel Leal (que trabalhou com causas de galpão), Maria Eunice Maciel (que estuda roupas, comidas, festas), Sergio Teixeira (com estudos, entre muitos outros temas, sobre a rinha de galo), e nessa sala temos a Elaine Rosner Silveira que trabalhou sobre o jogo de osso. Tinha ainda outra colega, quando cheguei aqui, a saudosa Noemi Castilhos Brito, feminista e gaúcha de faca na bota. Com suas pesquisas sobre as mulheres na indústria do vestuário de Porto Alegre (que fizeram a primeira greve no país depois da reabertura democrática), me levou para outro tipo de gauchismo – politizado, briguento.

Aprendi sobre gauchismo também com as pessoas nas vilas populares de Porto Alegre onde eu realizava minhas “pesquisas de campo”. Essas pessoas vinham muito do campo e pareciam ter sua própria versão do gaúcho – sem estereotipia e com muito humor, muita ironia. Essa coisa do gaúcho não saber rir de si mesmo – não reconheço. Meu livro *Família, fofoca e honra*, era todinho sobre a maneira como esses gaúchos intercalavam histórias sobre drama e humor no seu dia a dia. Quanto à ideia da mulher gaúcha pacata e submissa, tampouco encontrei grande evidência. Pelo contrário, tem um capítulo do livro que se chama “a mulher valente” – sobre mulheres que batalham (enfrentando perigos de todo tipo) para proteger seus filhos, para guardar seus maridos. É um tema recorrente nessas narrativas de minhas interlocutoras, e que poderíamos associar com Anahy de la Misiones, com Ana Terra e outras figuras clássicas da história gaúcha.

Mas justamente me impressiono como, às vezes, a visão da “tradição” gaúcha acaba se limitando a certos símbolos e valores destacados, em particular, nos CTGs. É importante lembrar que esse conjunto de símbolos representa só uma pequena parte da história – uma parte que incorpora elementos riquíssimos inclusive da literatura escrita